



-----ATA Nº 13/2016-----

No dia trinta do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto único: Analisar a atividade da Junta. -----

----- O Presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a presença de Pedro Canário, em substituição da secretária da assembleia, Isabel Machado, que apresentou atempadamente o seu pedido de ausência. A deputada eleita pela CDU, Balbina Pimenta, solicitou a suspensão do mandato por 365 dias por motivo de saúde e acompanhamento de familiar, sendo substituída por Liliana Oliveira. -----

----- Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Antes de dar a palavra aos intervenientes, foi lido o Voto de Louvor ao ciclista José Mendes pela concretização de mais um grande feito na sua carreira profissional. Assim, sagrou-se campeão nacional de elites em estrada, no dia 26 de junho. O voto foi deliberado e aprovado por unanimidade.-----

----- Iniciou-se o período antes da ordem do dia que registou quatro intervenções. -----

----- O deputado Alexandre Marques questionou o Presidente da Assembleia sobre quem foi o responsável pelo período que mediou entre a assinatura da convocatória feita pelo sr. Presidente e o despacho da mesma. Questionou ainda sobre a morosidade na entrega das atas, que o deputado solicitara na Assembleia de dezassete de junho e realçou que existem prazos legais para a entrega, e que o sr. Presidente tem que os respeitar para fazer cumprir a lei. -----

----- Respondendo ao deputado Alexandre Marques, o Presidente da Assembleia pediu para fazer os esclarecimentos na próxima Assembleia. -----

----- A deputada da CDU, Liliana Oliveira, procedeu à leitura de uma congratulação dos deputados da CDU ao atleta José Mendes, conforme documento no anexo I.-----

----- O Presidente agradeceu a intervenção da deputada da CDU e lembrou que a deputada poderia ter feito a proposta de Voto de Louvor e a mesma ter sido enviada por correio eletrónico. Informou ainda que tem dois dias úteis para apresentar qualquer proposta. -----

----- O deputado Alberto Pereira questionou sobre a iluminação pública nas igrejas de S. Brás e S. Miguel do Paraíso; o resultado das análises das águas dos fontanários; a resposta do proprietário relativamente à queda de estuque para a via pública, da antiga empresa TARF; e, a recolocação do sinal, para as pessoas com mobilidade reduzida, nas traseiras da Igreja Matriz.-

----- O deputado José Lemos entendeu que no Voto de Louvor apresentado, sendo de todos os membros da Assembleia, não deveria constar a descrição “Coligação Juntos por Pevidém”. Relativamente à *newsletter*, apesar de ter sido dito na Assembleia anterior que a distribuição da mesma iria ser melhorada e que a população também a poderia consultar em formato digital, o deputado mencionou que pesquisou o *site* da Junta e não encontrou o boletim informativo. Questionou ainda sobre o ponto de situação do regulamento para a atribuição de subsídios e se haverá previsões para o seu término. -----

----- Respondendo ao deputado José Lemos, o Presidente da Assembleia mencionou que não foi propositada a nomenclatura da Coligação e pediu desculpas pelo incómodo.-----

----- Tomando a palavra novamente o deputado Alexandre Marques, este constatou que a CDU, aquando da aprovação do novo ponto acrescentado ao regulamento relativamente à votação dos votos de louvor e pesar, criticou-o, porque queriam colocar uma clausula de exceção para determinados casos no dia ou véspera da Assembleia, mas tal não foi permitido, pois estas propostas têm de dar entrada nos serviços da Junta com dois dias úteis de antecedência. No entanto, o Deputado ressaltou que tem de haver uma divulgação prévia dessas propostas, quanto muito, o Presidente da Assembleia poderia divulgar essas propostas por correio eletrónico. -----

----- Tomando a palavra, o Presidente da Junta respondeu ao deputado José Lemos, lamentando pelo facto deste ficar indignado pela forma como foi apresentado o Voto de Louvor, e salientou que houve membros da Assembleia que utilizaram habilidosamente normas regimentais para fazer uma congratulação à mesma personalidade e o deputado não fez qualquer reparo. Acrescentou ainda que se assiste na Assembleia a habilidades regimentais, como declarações de voto, muitas vezes intervenções encapotadas, para que depois a Junta não possa responder. São estratégias legítimas de como se pode trabalhar o Regimento, no entanto o Presidente salienta que todos devem ser coerentes. Relativamente à *newsletter*, foi apresentado no *site* o local onde a mesma aparece em formato digital. -----

----- Respondendo ao deputado Alexandre Marques, o Presidente assumiu que o atraso do envio das atas é da responsabilidade do executivo. -----

----- O Presidente referiu que a deputada Liliana Oliveira utilizou um mecanismo regimental legítimo, mas que parece que, em termos de boa fé será questionável. -----

----- Para responder ao deputado Alberto Pereira, o Presidente começou por esclarecer que relativamente à iluminação total da igreja de S. Brás, a EDP referiu que o local é propriedade privada. Quanto às análises da água, tal como no ano anterior, serão efetuadas no mês de outubro e divulgados os resultados no mês de novembro. Relativamente à queda do estuque da empresa TARF e da sinalização, todos os procedimentos para a resolução destes problemas foram adotados; contudo, a Junta irá continuar a insistir na resolução dos mesmos. -----

----- Relativamente à segunda questão, o Presidente passou a palavra ao vogal Carlos Marques, que iniciou o seu discurso desejando rápidas melhoras à deputada Balbina Pimenta. No que concerne ao Voto de Louvor, criticou a Assembleia por apresentar Voto de Louvor não só pelo título conquistado, mas também pelas participações noutras provas, sendo assim, lamenta não se lembrarem das participações honrosas dos desportistas pevidenses, Daniel Sampaio, Cláudia Machado e camadas jovens do Pevidém Sport Clube. Quanto à questão, do regulamento para atribuição do subsídio, agradece a insistência da pergunta mais uma vez e não tem desculpa para justificar o atraso. Prometeu ainda fazer os possíveis e impossíveis para minimizar os tempos de atraso. -----

-----Tomando a palavra novamente o deputado Alberto Pereira, este referiu que o senhor Presidente dissera que iria fazer os possíveis para repor a iluminação da igreja de S. Brás. Realçou ainda que o local é propriedade privada, pertencente à Paróquia e, apesar de ser local privado, quem faz a manutenção do sistema de rega é a Câmara Municipal. Informou ainda, que segundo o seu conhecimento, a água deverá ser analisada com regularidade pelo menos uma vez por ano de preferência antes da época seca. -----

-----Posteriormente, deu-se início à ordem de trabalhos. O vogal Carlos Marques apresentou o relatório de atividades realizadas nos últimos três meses. Sobre este ponto, registaram-se duas intervenções. -----

-----O deputado eleito pela CDU, Manuel Pinto, iniciou a sua intervenção identificando que a Junta apresentou e registou atividades fora do calendário, ou então, a população não se apercebeu da realização das mesmas, tais como, a comemoração do Dia Mundial do Livro e do mês do Desporto. Em relação ao capítulo das obras e infraestruturas, o Deputado mencionou que a obra de requalificação do Largo da Várzea, apesar de ainda estar em fase de conclusão, não denota aos membros da CDU as vantagens introduzidas ao nível de trânsito. O Deputado teceu algumas críticas aos transtornos causados na passada quarta-feira, aos condutores que foram ao limite da paciência na zona próxima da obra, devido à formação de grandes filas de trânsito, principalmente no sentido Guimarães-Pevidém. Para terminar, questionou qual o ponto da situação sobre as propostas que constavam no plano e não foram executadas nomeadamente, ampliação do cemitério, a requalificação do centro cívico, o alargamento da Rua de Quintão, a pavimentação de várias ruas como a Urbanização do Picoto, a Rua da saudade, a rua padre José Gonçalves, a rua 25 de abril e a rua do Miral. Relatou também, a recente decisão da Câmara Municipal em investir mais de dois milhões de euros em requalificar 28 arruamentos, que decorrerá até ao primeiro trimestre de 2017. São catorze

freguesias do concelho que irão beneficiar deste investimento e, neste sentido, o deputado questionou à Junta o porquê da freguesia de Selho S. Jorge não constar na lista divulgada. -----

----- O Presidente da Junta começou por esclarecer o eleito da CDU, Manuel Pinto, que, apesar de concordar com facto de nos últimos três anos a freguesia de Selho S. Jorge não fosse contemplada e beneficiada por investimento, o Presidente disse que está esperançoso que, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, nomeadamente nas vésperas das eleições no ano 2013, que também brevemente haja uma pavimentação tal como aconteceu com a pavimentação da rua da Circunvalação. Quanto às atividades mencionadas: a Feira do Livro foi realizada na Expo-Pevidém e o mês do Desporto foi celebrado em junho, tendo havido uma antecipação de algumas atividades. O Presidente salientou que o senhor deputado não se apercebeu das atividades realizadas pela Junta, porque nem sempre alguns membros da Assembleia estão presentes nas iniciativas. Relativamente à requalificação do Largo da Várzea, o Presidente esclareceu que neste mandato, ao contrário do que aconteceu nos mandatos anteriores em que senhor deputado fazia parte do executivo, este projeto existia e iria ser executado e nunca o concretizaram. Passaram dezasseis anos e nunca ninguém viu o projeto e o mesmo não foi executado. Este executivo, em apenas três anos, elaborou o projeto e concretizou-o, faltando apenas a parte estética: a jardinagem e as marcações da estrada. Quanto aos constrangimentos no trânsito são circunstâncias de obras de grande vulto que condicionaram o trânsito às freguesias vizinhas, mas o Presidente referiu que prefere que estes pequenos constrangimentos aconteçam, mas que a obra se concretize. Deste modo, o Presidente respondeu que as questões técnicas em relação ao projeto não são da sua competência, apenas informou que o projeto foi submetido à Câmara e retificado pelo departamento de trânsito e de urbanismo. Todas as sugestões foram cumpridas. Houve algum tipo de questões de trânsito que foram alvo de retoques, pelo Eng. Rui Castro e o próprio projetista, e, portanto, o Executivo está convicto que vai resolver o problema. Relativamente à ampliação do cemitério, o Presidente informou que faltava um trimestre para terminar o ano, mas visto que é uma obra de grande magnitude, poderá haver a necessidade de ser faseada até porque não depende só do Executivo da Junta. Quanto à requalificação do centro cívico, o Presidente assumiu que era a obra que mais gostaria de ver realizada, apesar de não ser da direta responsabilidade da Junta de Freguesia. Informou ainda que, segundo informações do Presidente da Câmara que vai informando sobre as negociações com os privados, estas já tiveram recuos e avanços. Salientou que, à medida que houver evolução, a Junta tudo fará para defender de forma intransigente os interesses da Vila. Quanto ao alargamento da rua de Quintão e das outras pavimentações, disse que já foram feitas algumas diligências, com um proprietário de terrenos de Quintão, no sentido de defender o erário público e fazer o melhor negócio possível. Referiu ainda que, relativamente ao ponto de situação do acesso ao Parque de Lazer de Selho S. Jorge, o Presidente informou que já foi encontrada a solução, demonstrando o interesse da Junta em resolver os problemas. -----

----- Tomando a palavra novamente, o deputado Manuel Pinto questionou se neste mandato o Presidente da Junta, na Assembleia Municipal já defendeu as causas dos pevidenses, pois na imprensa local não tem constado o seu nome, pois quando o sr. Presidente era membro da Assembleia de Freguesia, questionava muitas vezes a anterior Presidente da Junta, por esta não interrogar a Câmara Municipal sobre a discriminação que esta fazia relativamente a Pevidém. -----

----- Em resposta ao deputado Manuel Pinto, o Presidente da Junta frisou novamente que aquilo a que se referiu relativamente à questão que tinham colocado sobre as previsões para as pavimentações, é que, tendo em conta a mesma cadência dos anos anteriores, ver-se-á se seremos ou não contemplados com isso. Perguntou qual o ano em que a Câmara direta ou indiretamente tenha investido em Pevidém tanto como este ano. Relativamente às intervenções na Assembleia Municipal, o Presidente da Junta mencionou que, enquanto deputado municipal na altura, tinha feito duas intervenções para defender a Vila de Pevidém e a Presidente da Junta não tinha feito nenhuma. Constatou ainda que, naquela altura, a

resposta do então membro do Executivo, era que esse papel não cabia ao presidente da junta, por isso não faz sentido questionar o atual sobre a mesma situação. Denotando, assim, falta de coerência. -----

----- O deputado José Lemos questionou se as festas de S. Brás e de S. Jorge estão inseridas no ponto, “Preservação dos costumes e tradições da nossa terra” ou estarão inseridas no ponto, “Apoio às associações locais”. -----

----- Para esclarecer o deputado eleito pela PS, José Lemos, o Presidente da Junta informou que essas festas estão incluídas no plano de janeiro a junho, divulgadas na assembleia de junho. ---

----- Tomou a palavra novamente o deputado José Lemos, para questionar se a data das atividades na área do Desporto e Juventude se referem ao término das mesmas ou se se referem ao término da época das atividades. Relativamente à requalificação do largo da Várzea, referiu que a causa do congestionamento foi a falta de indicações para desviar o trânsito. Acrescentou ainda que essa falta de indicação fez com que condutores que residem na Rua D. Guilherme Augusto, transgredissem o trânsito, pois era a única alternativa de regressar a casa, deste modo criou algum transtorno na hora de ponta. Questionou se o local iria ser aquele para o moloque e os ecopontos, pois, caso fosse, enquanto o camião procedesse à recolha, ninguém poderia transitar. Para terminar, referiu que aquando do envio da ata para proceder à correção, o Voto de Louvor deveria, na sua opinião, ser enviado por correio electrónico. -----

----- Retomando a palavra o Presidente da Junta respondeu que o término das atividades na área do Desporto e Juventude reporta apenas a este ano. Quanto ao Voto de Louvor, lembrou que se alguém tem intenção de o fazer, tem 24 horas para fazer chegar essa proposta. Relativamente ao congestionamento causado pela obra de requalificação do Várzea, referiu que com a nova disposição existe apenas uma faixa para o restaurante Várzea e para a rua D. Guilherme Augusto, sendo assim, para proceder à pavimentação houve a necessidade de cortar o trânsito. A solução para os moradores da rua seria estacionarem antes e seguirem um pouco a pé, mas de facto poderia ter sido pensada outra alternativa. No caso da localização do moloque e dos ecopontos, o Presidente da Junta descreveu que a Vitrus fez três tentativas, visto que em toda aquela extensão do jardim não há mapeamento de cabos eléctricos, não havia forma de ficar noutra local. -----

----- Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, não se verificando qualquer registo. -----

----- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Daniel Dias, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____